

Dauster explica acordo sobre juros ao Senado

BRASÍLIA — O embaixador Jório Dauster, principal negociador da dívida externa, reúne-se hoje com o presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), os líderes dos partidos e o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Raimundo Lira (PFL-PB), para iniciar os entendimentos políticos sobre o acordo firmado pelo governo com os bancos credores, para o pagamento dos juros atrasados da dívida externa.

Na quarta-feira, Dauster e o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, vão explicar o acordo e o processo de toda a negociação com os credores aos senadores que integram a comissão. Após esse encontro é que o governo enviará oficialmente a minuta do acordo ao Senado, para que a comissão aprecie e vote a proposta do governo. Se for aprovada pela comissão de Assuntos Econômicos do Senado, a minuta do acordo transforma-se em projeto de resolução, permitindo ao governo fazer os pagamentos.

“Sinto que o clima no Senado está positivo para apreciar o acordo da dívida”, avaliou Raimundo Lira. “A maioria dos senadores entende que o pagamento dos atrasa-

dos é condição importante para que o País retome o crescimento e tenha acesso a financiamentos de organismos internacionais”, explicou.

Otimista, Jório Dauster declarou ontem que são boas as expectativas no Senado. “A receptividade está sendo positiva”, disse. O embaixador esclareceu que foi concluída a primeira etapa da negociação e que, a partir de agora, o governo formalizará o acerto com os credores. “Essa segunda etapa é mais demorada e complicada, porque envolve aspectos jurídicos”, avaliou.

O líder do PSDB, senador Fernando Henrique Cardoso, disse que, em princípio, achou o acordo “razoável”. O importante, segundo ele, é o governo explicar à comissão a capacidade de pagamento dos juros atrasados, ou seja, se esse acordo não prejudicará as reservas cambiais. O senador quer saber ainda se o pagamento dos juros — cuja primeira parcela, de US\$ 2 bilhões, será efetuada até o final do ano — vai obrigar o governo a emitir bônus do Tesouro, o que comprometeria a política de combate à inflação.

